



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
PRÓ- REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO/ PGFILE
ESPECIALIZAÇÃO EM FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**

REGINA PAULA SILVA DA SILVEIRA

**O NEOLIBERALISMO E SEUS TENTÁCULOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
ATUAL: análise do documento “Pátria Educadora”**

**CAMPINA GRANDE - PB
2016**

REGINA PAULA SILVA DA SILVEIRA

**O NEOLIBERALISMO E SEUS TENTÁCULOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
ATUAL: análise do documento “Pátria Educadora”**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Filosofia da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Filosofia da Educação.

Área de concentração: Filosofia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE - PB
2016**

REGINA PAULA SILVA DA SILVEIRA

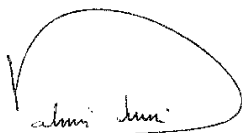
**O NEOLIBERALISMO E SEUS TENTÁCULOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
ATUAL: análise do documento pátria educadora.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Filosofia da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Filosofia da Educação.

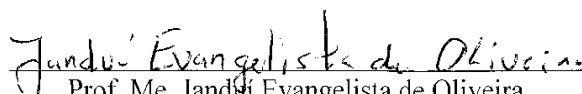
Área de concentração: Filosofia da Educação

Aprovada em: 02/09/2016.

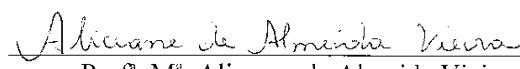
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valmir Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Janduí Evangelista de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a M.^a Aliceane de Almeida Vieira
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S587n Silveira, Regina Paula Silva da.

O neoliberalismo e seus tentáculos na educação brasileira atual [manuscrito] : análise do documento Pátria Educadora / Regina Paula Silva da Silveira. - 2016.
29 p.

Digitado.

Monografia (Filosofia da Educação) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Filosofia".

1. Neoliberalismo. 2. Educação. 3. Educação pública. 4. Pátria Educadora. I. Título.

21. ed. CDD 379

RESUMO

Nesse trabalho, analisamos as influências do neoliberalismo na educação brasileira através da análise do documento “Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional” que foi desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e lançado em 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff e tinha como proposta se tornar mais uma das diretrizes da educação nacional. Nossa análise mostra que esse documento, por ser baseado na corrente neoliberal é uma tentativa de desmantelamento da educação pública e da carreira docente no país. Para compreendermos melhor os problemas que esse tipo de educação pode trazer estabelecemos um diálogo com Perry Anderson e suas reflexões sobre neoliberalismo, suas origens e os problemas que traz para a sociedade e com István Mészáros e Gaudêncio Frigotto para pensarmos sobre os malefícios desse sistema para a educação. Encontramos na proposta de Theodor Adorno de uma educação emancipadora uma alternativa para esse caminho que nossa educação está seguindo.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Educação, Pátria Educadora.

ABSTRACT

In this study, we analyzed the influence of neoliberalism in Brazilian education through document review “Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional” which was developed by the Secretariat for Strategic Affairs of the Presidency of the Republic (SAE) and released in 2015 in the second term of Dilma Rousseff and had the proposal become one of the guidelines of national education. Our analysis shows that this document, to be based on the neoliberal current is an attempt to dismantling of public education and the teaching profession in the country. To better understand the problems that this type of education can bring establish a dialogue with Perry Anderson and his thoughts on neoliberalism, its origins and the problems it brings to society and István Mészáros and Gaudencio Frigotto to think about the dangers of this system for education. We find the proposal of Theodor Adorno of an emancipatory education an alternative to this path that our education is following.

Key words: Neoliberalism, Education, Pátria Educadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - O NEOLIBERALISMO E SEUS TENTÁCULOS NA EDUCAÇÃO	10
1.1 – Neoliberalismo: suas origens e disseminação pelo mundo.....	10
1.2 – O neoliberalismo suas consequências na educação.....	13
CAPITULO 2 – O “PÁTRIA EDUCADORA”: PROPOSTA DE UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO NEOLIBERAL, PRECONCEITUOSA, DE DESMANTELAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA CARREIRA DOCENTE.....	18
2.1 – Características neoliberais no “Pátria Educadora”.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu a partir das discussões e leituras realizadas durante a especialização em Filosofia da Educação da Universidade Estadual da Paraíba iniciada no ano de 2015. Ao longo das disciplinas fomos levados a repensar a Educação a partir de um novo olhar sobre as suas bases filosóficas e ideológicas.

A Educação é vista, hoje, como a redentora da vida social e intelectual da população, uma vez que esta define o papel que cada um irá ocupar na sociedade. A exigência pela escolaridade acontece por conta da globalização, em um mundo em que não existem mais fronteiras para a circulação de mercadorias, bem como de pessoas e pensamentos, a educação se tornou mais um bem a ser barganhado.

Nos últimos anos houveram avanços em termos de acesso ao ensino, no entanto, o que se vê na prática é uma forte preocupação com os números e pouca ação em melhorias significativas para a educação, nosso sistema de ensino é sucateado, em muitas escolas faltam materiais básicos para o cotidiano escolar, a estrutura de muitos prédios é precária, faltam professores e os que tem recebem baixos salários, a formação desse profissional está sendo cada dia mais aligeirada e sem uma base teórica forte. Esses fatores geram um impacto direto na a qualidade da educação.

Segundo artigo publicado na revista eletrônica “Carta Capital” a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE) publicou em Maio de 2015 um ranking da educação mundial, nessa lista o Brasil ocupa a posição 60º de 76 países (WELLE, 2015). O Instituto Paulo Montenegro, junto com a ONG Ação Educativa informaram que em 2012, 38% dos estudantes universitários eram analfabetos funcionais, esse mesmo instituto mostrou que em 2005, 68% da população brasileira alfabetizada era analfabeta funcional, somando-se aos 7% de analfabetos, 75% da população brasileira não sabe ler adequadamente (ARRUDA, 2015) colocar dados mais novos

A partir desses números alarmantes nos questionamos que educação é essa que nosso país está desenvolvendo? Que “Pátria educadora” é essa em que a maior parte de seus cidadãos são analfabetos funcionais? Qual a relação do neoliberalismo e a baixa qualidade da educação? Qual caminho devemos trilhar para construir uma educação de qualidade e emancipadora? Estes são alguns pontos que nos propomos a desenvolver nesse trabalho.

Nossa pesquisa é um trabalho de cunho bibliográfico e documental que tem por objetivo compreender a influência do neoliberalismo na educação brasileira atualmente através da análise do documento “Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional” que foi desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e lançado em 2015. Esse documento se tornou o lema do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff e tem como proposta se tornar mais uma das diretrizes da educação nacional.

O documento reacende o debate acerca das concepções de ensino que deve nortear a educação brasileira uma vez que a proposta é pautada por uma visão neoliberalista da Educação que desestrutura o trabalho dos professores e aumenta os problemas da qualidade do sistema educacional.

Nossa análise será feita a partir de pontos específicos do documento “Pátria Educadora” em que podemos ver mais detidamente as características do neoliberalismo no texto. Depois termos selecionado os trechos que acreditamos serem válidos para nossa pesquisa analisamos a luz da bibliografia referente ao assunto.

Utilizamos como referencial para nosso trabalho Perry Anderson e suas reflexões sobre o neoliberalismo; István Mészáros e Gaudêncio Frigotto e suas contribuições acerca das influências do neoliberalismo na educação. Franco Cambi para nos ajudar a compreender as ideias pedagógicas que norteiam as concepções de educação; e Theodor Adorno para nos dar subsídio para encontrar uma alternativa de saída para a educação neoliberal.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, discutimos qual o impacto do neoliberalismo na educação, para tanto discutimos o que é o neoliberalismo, como ele se infiltrou e dominou as políticas educacionais a partir do final do século XX, quais os seus impactos na educação e qual a saída desse tipo de educação. No segundo capítulo analisamos o documento “Pátria Educadora” buscando compreender o que é esse documento, em que contexto ele surgiu, quais as concepções de educação o norteiam e os problemas que ele pode trazer para a Educação brasileira.’

CAPÍTULO 1 - O NEOLIBERALISMO E SEUS TENTÁCULOS NA EDUCAÇÃO

Vivemos em uma sociedade da efemeridade, do transitório, do passageiro, da pressa. Somos bombardeados de informações constantemente, as pessoas estão cada vez mais individualistas e competitivas, assistimos a banalização da vida e da violência. O consumo é a palavra de ordem, pois as leis do mercado são quem ditam às regras de comportamento, de convívio com o outro e da relação do homem com a natureza.

As inovações científicas e tecnológicas, as mudanças provocadas pelo pós-guerra levaram a uma ruptura com o passado e trouxeram novos modos de organização do capital. A partir do recuo dos conflitos de classe, da separação entre público e privado e principalmente do poder da mídia inaugura-se uma nova forma de organização social em que a lógica do estado mínimo, da eficiência empresarial, das privatizações, da globalização e da busca cega pelo lucro imperam agravando cada vez mais as mazelas sociais.

Estas características têm relação com o atual estágio do capitalismo, conhecido como neoliberalismo, é uma das fases mais predatórias desse sistema, uma vez que potencializa o enriquecimento das elites e alarga as desigualdades sociais. É urgente a necessidade de análise e de críticas a essa realidade, uma vez que ela está levando a humanidade ao desmantelamento das relações sociais e ao extermínio do nosso planeta.

O neoliberalismo hoje tem sua influência muito mais ampla do que só na economia, seus tentáculos já alcançaram a educação o que vem gerando graves problemas que tem repercussão direta no futuro do país. Criticar esse sistema é imprescindível para quem deseja o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, antes de analisarmos os impactos do neoliberalismo na educação é preciso compreender o que é o neoliberalismo.

1.1 – O NEOLIBERALISMO: SUAS ORIGENS E SUA DISSEMINAÇÃO PELO MUNDO

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, locais onde o capitalismo era mais imperante no mundo. Segundo Perry Anderson (1996), essa doutrina surge como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social surgido após a crise de 1929 nos Estados Unidos.

Frederich August Von Hayek é o pai do neoliberalismo em seu livro “O caminho da servidão” publicado em 1944 ele lança as bases do pensamento neoliberalista. Para Perry Anderson (1996, p. 9) o livro “trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

Hayek não estava só no trabalho de desenvolver e difundir as ideias neoliberalistas, ele junto com Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga formaram em 1947 a Sociedade de Mont Pèlerin, um grupo que nasceu com o objetivo de combater o keynesianismo e preparar as bases de um novo tipo de capitalismo, duro e livre de regras para ser colocado em prática no futuro, neste grupo estão reunidos os principais intelectuais que teorizaram o pensamento neoliberalista (ANDERSON, 1996, p.9).

Na lógica do neoliberalismo, o Estado, enquanto órgão que busca as totalizações está fadado ao fracasso, e para que consiga respeitar as liberdades individuais deve ser mínimo, reduzido, deixando que micropoderes localizados exerçam sua função de forma a garantir que cada indivíduo tenha o máximo de liberdade para perseguir seus interesses (ARCE, 2001, p. 253). Para Hayek e seus companheiros a intervenção promovida pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e da concorrência, dificultando a prosperidade de todos. Hayek argumentava que a desigualdade possuía um valor positivo (ANDERSON, 1996, p.10).

O neoliberalismo não ganhou repercussão na década de 1940, só veio ganhar corpo 30 anos mais tarde com a decadência do Estado de Bem-Estar Social e pelas contínuas e graves crises econômicas da década de 1970. A saída encontrada para acabar com as crises foi o receituário neoliberal que se baseava em manter o Estado forte suficiente para acabar com gastos desnecessários como intervenções estatais nas questões sociais e econômicas, privatizar empresas estatais e liquidar os sindicatos (ARCE, 2001, p. 254).

No final da década de 1980, os sete países mais ricos do mundo, o G7, começaram a traçar as regras do mercado, estes países começaram a ditar regras de ajustamento para os outros países do mundo, principalmente os mais dependentes economicamente dos Estados Unidos e Inglaterra como os da América Latina. O encontro em que essas regras foram traçadas e impostas ficou sendo conhecida como o

Consenso de Washington de 1989¹, e nela ficaram estruturadas as bases da nova política econômica e social, que passou a impor uma ideologia difundida mundialmente (OTRANTO, 1999, p. 12).

Os governos que encabeçaram o código neoliberal foram os de Margaret Thatcher na Inglaterra e o de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em ambos o ideário neoliberal apresentou-se como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ético, política e educativa à crise do capitalismo (ARCE, 2001, p. 254).

No Brasil, o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, que se assolava no país desde o final da década de 1980, mas é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, no entanto com o *impeachment* de Collor o projeto neoliberal passou para outro governante: Fernando Henrique Cardoso (FHC) (NEGRÃO, 1996, p.7)

Com FHC o neoliberalismo ganhou força no país suas medidas de governo se encaminhavam para a precarização da contratação de trabalhadores, reformas econômicas que visavam a diminuição do papel do Estado, programa de privatizações, abertura ao capital estrangeiro, altas taxas de juros. Todas essas medidas serviam para retirar os eventuais obstáculos a acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo, ou médio prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão (NEGRÃO, 1996, p.8), fatos que vemos nitidamente no Brasil hoje.

Com ascensão do governo Lula em 2003, se pensou que uma vez que o Partido dos Trabalhadores estava pela primeira vez na história do país no poder, poderia mudar toda a conjuntura política do Brasil, logo se esperava que houvesse uma série de mudanças estruturais que beneficiasse o povo, uma vez que durante toda a história do país o povo foi excluído das decisões políticas além de ser marginalizados social e culturalmente, posto que é uma pequena parte da sociedade brasileira é quem o poder político e controla os bens do país (FRIGOTTO, 2011, p. 239).

No entanto, não foi isso que aconteceu, a pesar de todas as expectativas geradas com a ascensão de Lula ao poder, o pedagogo aponta que não houveram as tão esperadas mudanças estruturais. O governo realizou algumas rupturas importantes, mas

¹ O “Consenso de Washington”. Um encontro que aconteceu em novembro de 1989, onde reuniram-se funcionários do governo norte-americano especializados em assuntos latino-americanos e personalidades dos organismos internacionais (FMI, BIRD), no qual o objetivo “era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região”. Defendia-se a tese da “falência do Estado”, afirmando-se a necessidade de direcionar a responsabilidade de se formular política econômica aos organismos internacionais (BATISTA, 1994, p 6).

manteve a estrutura social, política e ideológica dos governos anteriores. Frigotto nos chama a atenção para o ponto de que é muito difícil conciliar uma política que tenta diminuir as desigualdades dentro de uma ordem neoliberal (FRIGOTTO, 2011, p. 239).

O Governo de Dilma Rousseff continuou dentro da lógica de governo de Lula, em que o neoliberalismo está na base, mas se tentava, dentro do possível, implantar algumas medidas de melhoria social. Atualmente estamos passando por um período delicado de nossa política, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um *Impeachment* e o vice-presidente Michel Temer assumiu o poder executivo no país, com esse novo governo o neoliberalismo volta a seu viés mais predatório, o governo anunciou cortes no orçamento destinados a educação e na saúde, reforma no Ensino Médio, além da diminuição drástica de programas de assistência social e revogação de direitos trabalhistas. Logo, discutir sobre o neoliberalismo hoje é uma necessidade que está na ordem do dia.

O sistema neoliberal traz consequências danosas no âmbito social, econômico e político. Na educação esse impacto pôde ser sentido na exigência da subordinação desse campo aos interesses do mercado, numa forte influência ideológica imbuída na legislação educacional e nos currículos em que se difunde a ideia de competitividade, mérito e eficiência, além da implantação de uma lógica de produtividade na produção e difusão do conhecimento.

1.2 – O NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

O neoliberalismo entende que a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária. O primeiro deve responder de maneira direta à demanda do segundo (BIANCHETTI, 1997, p. 97). Não por acaso a legislação educacional brasileira, que tem por base a Lei Nº 9.394/1996 – LDB, elege como uma das finalidades da educação a vinculação entre a educação escolar e o trabalho, uma vez que a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar para sua manutenção.

A formação crítica e emancipadora que a educação deveria ter é progressivamente substituída por uma formação tecnicista, com tendências à especialização e ao estreitamento curricular, princípios como competitividade, mérito e eficiência se tornaram a base do sistema educacional, formando assim pessoas aptas para o mercado de trabalho e para a manutenção do Capitalismo.

Segundo Franco Cambi (1999 p. 216-217) a educação desde a modernidade vem se transformando e deixando de ser emancipadora e se tornando conformadora. Ao analisar a história da pedagogia, o autor aponta que as mudanças que a modernidade trouxe afetou diretamente a educação e que a partir de então vive na dicotomia de se desdobrar entre a liberdade política e social que se alcançou no período e a ampliação do controle que as instituições sociais exercem nos sujeitos das sociedades de massa.

Essa dicotomia gestou uma identidade para a educação, onde o homem deve cada vez mais se tornar um cidadão, desempenhar papéis na sociedade, ser criativo, inovador, mas dentro das possibilidades que os são permitidas. A partir da modernidade quem dita as regras do jogo, quem define o que é ou não permitido é o capital, e no campo da educação não poderia ser diferente.

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista [...] Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (SADER apud MÉZÁROS, 2008, p. 15).

A educação dentro da lógica do capital serve de instrumento de manutenção do mesmo, a lógica educação está voltada para produzir mão de obra e não para emancipar os indivíduos. Desde a modernidade e a ascensão do capitalismo a educação está ligada ao trabalho e a manutenção do sistema e do *status quo* dos grupos dominantes.

É importante frisar que mesmo políticas educacionais que aparentemente estão ligadas a propostas de emancipação dos sujeitos, como a LDB estão vinculadas as determinações do capital, pois como aponta Mézáros (2008, p. 45): “as determinações educacionais só podem funcionar se estiverem em sintonia com as determinações gerais da sociedade”. Não é por acaso que as agências internacionais, como a ONU e a UNESCO é quem traçam as estratégias educacionais para o mundo, principalmente para os países pobres e emergentes, que dependem dos empréstimos do Banco Mundial, órgão que está por trás dessas agências.

A partir da influência dessas agências o Estado tem o papel de regulamentar uma educação voltada para o desenvolvimento econômico em que a lógica gerencial voltada para a eficiência dita às regras da educação, nessa esteira a iniciativa privada aparece como agente necessário na prestação dos serviços educacionais.

Alessandra Arce (2001) compara a educação neoliberal aos *fast fods*, uma vez que a mercadoria, o ensino, é produzida de forma rápida, com normas e regras de controle de eficiência e produtividade, oferecendo qualidade, limpeza, serviço e preço. Ao governo cabe somente definir sistemas nacionais de avaliação, promover reformas educacionais, estabelecer parâmetros de um Currículo Nacional e estabelecer estratégias de formação de professores centralizadas nacionalmente.

Além da transposição da padronagem do mercado para a educação, outras consequências, que levarão o professor a perder a visão total de seu trabalho, afundando-se nas particularidades, se farão presentes, por meio das transformações das didáticas e metodologias e da perda das discussões ideológicas, cedendo lugar ao pragmatismo exacerbado (ARCE, 2001, p. 259).

Isto pôde ser visto na delimitação das políticas educacionais ditadas para a América Latina por órgãos como o Banco Mundial, Unesco e Unicef. Estas instituições, em 1990, na famosa Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, delimitaram as diretrizes a serem seguidas para a educação, que tem como seu eixo articulador as “Necessidades Básicas de Aprendizagem” - Neba (ARCE, 2001, p. 259).

A palavra chave trazida pelo Neba é que a educação deve ser pautada na lógica do “aprender a prender” onde o processo de aprendizagem passa pela ação e a escolha dos conhecimentos, pela sua utilização direta na vida cotidiana do indivíduo; a funcionalidade e o pragmatismo são fundamentais e expressões como “aprender fazendo”, “aprender em serviço” e “aprender praticando” tornam-se essenciais (ARCE, 2001, p. 260).

O relatório da Unesco, cunhado de “Jacques Delors – Educação – um tesouro a descobrir”, terminado em 1996, reforça o acima exposto, assinalando que à educação cabe a descoberta de talentos e potencialidades criativas, por meio do atendimento das Neba dentro da escola, mas a realização ou utilização das mesmas fica a cargo do indivíduo; à escola cabe somente o despertar, por isso, não há necessidade de prendermos o indivíduo por muito tempo dentro da instituição. Difunde-se, com isso, o conceito de uma educação permanente, na qual o aprender a aprender é fundamental. Quatro novos pilares se erguem para a educação, fundamentados no prazer, no utilitarismo e no individualismo (ARCE, 2001, p. 260).

O livro didático e os manuais passam a ser indispensáveis no currículo, que deve ter os mesmos como apoio e fonte de conhecimento para os professores. Professores

estes que não necessitam de longos programas iniciais de formação. Aprender fazendo, em serviço, é suficiente para sua formação, sendo que, para tanto, a educação à distância por meio de rádio ou TV é fundamental e eficaz (ARCE, p. 261).

Retira-se definitivamente do professor o conhecimento, acaba-se com a dicotomia existente entre teoria e prática, eliminando a teoria no momento em que esta se reduz a meras informações; o professor passa a ser o balconista da pedagogia *fast food*, que serve uma informação limpa, eficiente e com qualidade, na medida em que, com seu exemplo, desenvolve no aluno (cliente) o gosto por captar informações utilitárias e pragmáticas (ARCE, p. 262).

No Brasil, o reflexo das políticas neoliberais para a formação de professores segue as categorias até aqui apresentadas e seu aparato legal é a nova LDB procura definir um currículo mínimo para a formação destes profissionais, aligeirar sua formação e privilegiar eixos metodológicos que se baseiam na valorização do conhecimento produzido no cotidiano do professor, o conhecimento advindo de sua prática afastando desse profissional a base teórica sólida tão necessária a sua formação, para que ele possa teórica sólida que proporcionaria ao mesmo condições de refletir e assumir um compromisso social (ARCE, p. 263-264).

Gaudêncio Frigotto (2011) é mais um pesquisador que mostra as fortes influências das políticas neoliberais em nosso país. Ao realizar um balanço da educação atual no Brasil, o autor mostra que mesmo após o governo Lula, como já foi discutido, que inicialmente aparentava ter uma proposta contrária ao neoliberalismo, não teve força para realizar tal ruptura.

Esse governo não trouxe projetos educacionais antagônicos aos que estavam em vigor até então. A educação continuou em segundo plano, uma vez que a Educação no Brasil entrou para a lógica neoliberal onde os números são mais importantes, a educação se tornou mercadoria, tanto que uma política de melhoria foi implantada onde a iniciativa privada e o setor público firmam parcerias para desenvolver a educação (FRIGOTTO, 2011, p.240).

Concordamos com Frigotto (2011). quando ele afirma que não se pode negar que foram ampliados os números de Universidades Federais e de Institutos Federais, aumentaram também as políticas voltadas para a educação de jovens e adultos, da população indígena e afrodescendente, foram criados fundos para a educação básica, profissional e tecnológica e a implantação do piso nacional para o magistério, essas conquistas foram históricas para a sociedade brasileira.

No entanto, com a parceria entre os setores público e privado a educação se tornou um negócio lucrativo que movimenta milhões por ano, além disso, as implementações citadas acima foram realizadas a partir da pedagogia dos resultados, que visa uma educação baseada em resultados e é voltada basicamente para formar mão de obra para o mercado, logo aquela educação que tinha como foco o desenvolvimento intelectual do aluno foi colocada de lado (FRIGOTTO, 2011, p. 248).

Para Frigotto (2011) os programas educacionais do governo implementados a partir dessa lógica geram três mecanismos desastrosos para a educação: o primeiro difunde a ideia de que a esfera pública é ineficiente, por isso a necessidade de parcerias entre o público e o privado; o segundo ataca diretamente a formação docente realizada nas universidades públicas, quando difundem a ideia de que os cursos de pedagogia e as licenciaturas se preocupam muito com a teoria e não ensinam o professor as técnicas do bem ensinar e por último constroem a carreira dos docentes mediante políticas de prêmios.

Todas essas medidas que o neoliberalismo impõe na educação faz com que se desenvolva um sistema educacional extremamente acrítico uma vez que os profissionais da educação têm sua formação mais voltada para a prática, sem um aprofundamento teórico, a educação se volta para a reprodução e não para a formação crítica do educando, diminuindo assim a crítica ao sistema neoliberal.

Um dos exemplos mais recentes de como nossa educação está totalmente vinculada a lógica neoliberal de educação é o documento “Pátria Educadora” lançado em 2015 durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, neste percebemos uma proposta de educação voltada para o mercado de trabalho, o aligeiramento da formação docente e o descaso com essa categoria, medidas de cunho preconceituoso e excludente no âmbito da educação, como analisaremos no próximo capítulo.

CAPITULO 2 – O “PÁTRIA EDUCADORA”: PROPOSTA DE UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO NEOLIBERAL PRECONCEITUOSA, DE DESMANTELAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA CARREIRA DOCENTE.

Em abril de 2015 a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), lançou um documento de proposta preliminar para discussão em que apresentava diretrizes de um projeto nacional de qualificação do ensino básico, o “Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional”.

O “Pátria Educadora” surge logo nos primeiros meses do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, seu título se torna o slogan de seu novo governo, segundo a presidenta o documento surge como uma forma de mostrar que sua gestão iria focar na educação e que o país iria conseguir avançar economicamente e socialmente através da educação.

Conforme o documento o Brasil já avançou muito em relação a educação, mas ainda há muito a ser feito, principalmente no que se refere a qualidade da educação, uma vez que o país aparece nos *rankings* internacionais como um dos piores números em matéria de qualidade da educação. Visto isso, o documento se coloca como vanguardista, uma vez que propõe ações efetivas para a melhoria de nosso sistema educacional (BRASIL, 2015, p, 3-4).

No entanto, após o lançamento desse documento diversos pesquisadores começaram a se manifestar contrariamente a ele, apontando que a proposta de educação contida no “Pátria Educadora” era mais uma forma de desestruturar a educação pública e a carreira docente, uma vez que é totalmente pautado nos moldes neoliberais de educação.

2.1 – CARACTERÍSTICAS NEOLIBERAIS NO “PÁTRIA EDUCADORA”

O “Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional” é dividido em duas partes, na primeira, intitulada “Tarefa” o documento aponta qual o ideário a ser seguido para alcançar o objetivo do projeto e na segunda parte, intitulado “Iniciativas” o documento elenca as ações que devem ser tomadas para se chegar a tais objetivos.

O primeiro problema encontrado no documento é que ele foi produzido pelo SAE e não teve participação do MEC, como também ignora todo o debate da Conferência Nacional de Educação o Conae de 2010 e 2014, que foi aprovado a partir de uma ampla discussão de educadores de todo o país. A Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE lançou uma análise do “Pátria Educadora” em que diz que o ideário desse documento deveria se basear nas deliberações do Conae e no PNE e não em ideias vindas unilateralmente de um órgão que não tem relação com a educação.

Logo no início da primeira parte na medida em que vai fazendo um breve panorama dos problemas educacionais brasileiros o documento diz que no intuito de qualificar o ensino público brasileiro deve-se procurar novas estratégias de desenvolvimento da educação. Segundo o “Pátria Educadora” essa estratégia deve ter como base o “produtivismo includente, pautado por democratização de oportunidades econômicas e educacionais” (BRASIL, 2015, p. 4).

Esse trecho demonstra claramente a vinculação do documento com a lógica de mercado em que a Educação fica a mercê do capital que produz uma educação de manutenção do sistema. A estratégia para melhorar o ensino público contido no documento é baseada dentro dos moldes neoliberal, o que é no mínimo uma contradição, uma vez que esse sistema defende a desarticulação da esfera pública e a implantação de privatizações.

Além disso, o produtivismo includente e a democratização de oportunidades que o texto traz como estratégia de melhoria da educação nacional está vinculado a uma lógica elitista da meritocracia, logo, antidemocrática, excludente e discriminatório (ANPAE, 2015, p. 2).

O documento afirma que os pontos de partida da “Pátria Educadora” são: aproveitar os exemplos que deram certo, mudar a maneira de ensinar e aprender e organizar a diversidade para permitir a evolução. Questões extremamente ambíguas e problemáticas.

No primeiro ponto de partida o documento afirma que:

(...) nos últimos anos o Brasil viu grande número de experimentos na tentativa de melhorar os resultados do ensino público. Muitos destes experimentos seguiram lógica de eficiência empresarial (...) Tais práticas surtiram efeitos positivos inegáveis. Devem ser incorporadas ao projeto de qualificação do ensino público (BRASIL, 2015, p. 5).

Mais uma vez, o documento defende que a lógica neoliberal é uma alternativa positiva para o bom desenvolvimento da educação, no entanto já mostramos que o receituário neoliberal na educação só ajuda a construir uma sociedade de cidadãos aptos para o mercado de trabalho e que não tenham um sendo crítico apurado. As experiências neoliberais fazem com que a educação seja avaliada através de números e não de níveis de qualidade de ensino, gerando problemas sérios, como o analfabetismo funcional.

No segundo ponto de partida o “Pátria Educadora” consegue ficar mais problemático ao afirmar que devemos encontrar outras formas de aprender e ensinar uma vez que a forma como a educação que está sendo feita hoje está gerando alunos que “oscilam entre a repetição e o devaneio” e completa afirmando que:

Precisamos de ensino que use o aprofundamento seletivo como palco para a aquisição de capacitações analíticas, direcionadas às habilidades centrais de análise verbal e de raciocínio lógico. E que permita à massa de alunos, vindos do meio pobre, superar as barreiras pré-cognitivas que os impedem de aceder às capacitações analíticas (BRASIL, 2015, p. 5).

Na citação acima o documento retira o problema da qualidade da educação gerado pelo sistema educacional que tem o neoliberalismo como molde e coloca nos métodos de ensino, logo nos professores o problema da educação, desqualificando esses profissionais, eximindo o Estado da culpa pela ineficiência educacional que surge a partir das demandas exigidas via legislação educacional, que como já foi discutido, está vinculado ao neoliberalismo.

O enfoque que o documento dá a algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras, é outro grave problema, ao privilegiar o português e a matemática como principais conteúdos a proposta do “Pátria Educadora” anula a importância de campos do conhecimento como a filosofia, a história, a sociologia, entre outras, não por acaso isto acontece, essas são as disciplinas que mais traz a criticidade aos educandos.

Outro grave problema desse trecho é seu teor absurdamente preconceituoso do documento ao afirmar que as pessoas menos favorecidas economicamente, tem problemas “pré-cognitivos” que precisam ser melhorados, uma generalização sem embasamento e discriminatória. Inclusive este é mais um dos problemas do “Pátria Educadora”: o documento não tem referencial bibliográfico algum.

O documento muitas vezes desqualifica de tal forma e educação pública brasileira que chega a ser arrogante, na medida em que há anos os educadores vêm se

debruçando sobre sua prática e tentando encontrar alternativas teóricas e práticas de melhoria da qualidade do ensino, no entanto, desprezando isso o “Pátria Educadora” afirma que “A educação pública no Brasil tem sido simultaneamente desorganizada e uniforme: uniforme no conformismo com a mediocridade” (BRASIL, p. 6).

O “Pátria Educadora” elenca alguns eixos de qualificação da educação pública. O primeiro dele diz respeito a uma cooperação federativa na educação em que propõe a subordinação da educação básica, que hoje cabe aos Estados e Municípios a União o que faz com que o governo federal tenha mais controle ainda das formas com a gestão da educação, através de metas e números, implantando assim mais ainda a lógica de eficiência empresarial, em que é mostrando resultados que as verbas aumentam.

A segunda proposta de eixo é o de mudar o paradigma curricular e pedagógico do ensino básico, esta proposta defende o que deve haver um aprofundamento seletivo dos conteúdos, nessa lógica alguns alunos vão se destacar mais que outros, para tanto o documento defende que haja uma separação entre os alunos com maiores notas e os com baixo desempenho, formando uma proposta excludente, como pode ser visto na citação que segue:

Há duas maneiras de criar oportunidades especiais para os alunos com maior potencial. Não se contradizem; complementam-se. Uma é criar programas especiais dentro das escolas comuns. Outra é fundar rede federal de escolas médias de referência chamadas Escolas Anísio Teixeira. Alunos concorrerão para serem admitidos a estas escolas (BRASIL, 2015, p. 11).

A proposta do “Pátria Educadora” dá subsídio para a competição, o individualismo e a discriminação nas escolas públicas. Além, do fato de que ao priorizar a forma de avaliação através de teste e notas exclui os saberes que não podem ser mensurados dentro dessa forma avaliativa, gerando um sério risco de fazer uma educação voltada única e exclusivamente para gerar números e não consciência crítica e emancipação.

No que tange o papel da “Pátria Educadora” em relação a carreira docente o documento dizem que:

Exemplo da ineficácia de soluções singelas e isoladas é a insuficiência de aumento da remuneração de professores. Há abundante evidência empírica para demonstrar que aumentar, ainda que substancialmente, o salário do professor não resulta, por si só, em melhora do ensino, ainda que, junto com muitas outras medidas, possa tornar a carreira (quando ela existir) mais atraente (BRASIL, 2015, p. 15).

Em um país em que o salário dos profissionais de educação é um dos menores do mundo, o fato de o documento defender abertamente que a remuneração dessa categoria não tem relação com a qualidade do ensino é no mínimo uma falta de respeito e um forte indício da demanda da desestruturação não só da escola pública mais dos profissionais que nelas atuam.

O professor a partir dessa proposta ficará a mercê das avaliações docente e do alcance de metas para conseguir gratificações e conseqüentemente melhoria nos salários, essa forma de encarar a carreira docente aumenta a competitividade entre os profissionais e o individualismo.

A cobrança aumenta, no entanto, os investimentos em uma formação sólida e em condições dignas de trabalho são deixadas de lado, a proposta de trabalho é desumana e perde em qualidade por não dar espaço real para que haja dedicação exclusiva do docente à educação.

Fica a cargo do professor toda a responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos, mais uma vez o Estado exime-se de sua parcela de culpa nos problemas da educação.

Para o “Pátria Educadora” o problema maior da educação brasileira é que não existem vanguardas pedagógicas no Brasil e que nosso sistema de ensino ainda é muito tradicional e não acompanha a inovação que a proposta trás, uma vez que não se abre para o “experimentalismo científico e do vanguardismo tecnológico. Reforça nossas desigualdades e exclusões. Despreza a aliança revolucionária entre a ciência e a democracia” (BRASIL, 2015, p. 21).

Mais uma vez o documento deixa de considerar que há uma história da educação brasileira e que ao longo dela vários pensadores foram sim vanguardistas, basta lembrar as contribuições de Paulo Freire e sua educação libertadora e emancipadora, por exemplo. No entanto, o viés de educação que o documento elege como sendo necessário para o desenvolvimento do país são que dão enfoque aos desenvolvimentos científico e tecnológico, mas uma vez se portando de forma excludente epistemologicamente, não considerando os diversos saberes e a importância dele para o desenvolvimento de um país.

Na segunda parte do documento diz respeito as iniciativas, as ações que devem ser tomadas para o desenvolvimento da educação e conseqüentemente do país. As propostas versam nas formas em que as propostas da primeira parte do “Pátria Educadora” vão ser colocadas em prática, como: a forma e os destinos dos recursos da

educação, as medidas que os educadores e gestores devem tomar para deixar a escola mais eficiente, a expansão da rede pública de educação e da formação dos profissionais, etc.

Todas essas propostas são colocadas de forma acrítica e superficial, uma vez que não tem um embasamento teórico e bibliográfico em que se apoie. Além disso, as medidas traçadas pelo “Pátria Educadora” estão diretamente ligadas a lógica neoliberal de ensino, o que como já foi discutido é um problema para nosso sistema educacional, que deve buscar alternativas para superar essa forma de educação e não de fortalecê-lo, como propõe o documento.

Dessa forma o projeto “Pátria Educadora” se caracteriza como um retrocesso na educação brasileira uma vez que dá subsídio para a terceirização da educação pública e a ampliação da rede privada. O próprio documento afirma o estereótipo de que a coisa pública é ineficiente e por isso a necessidade do capital e da administração da iniciativa privada para melhorá-la.

O documento vai na contramão dos debates realizados hoje e não representa os anseios do movimento daqueles que lutam pelo direito à educação pública de qualidade para todos. Uma vez que os profissionais que se debruçam no estudo da educação entendem que para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária faz-se necessário uma educação de qualidade, que leve em consideração as relações sociais, e que todos os docentes tenham muito claro qual a sociedade que se pretende construir.

Essa sociedade justa, igualitária e que dê plenos direitos a seus cidadãos não pode estar articulada aos interesses do capital e a um sistema competitivo e meritocrático e sim uma sociedade alicerçada em um sistema educacional que desenvolva capacidade de autonomia intelectual, emocional, artística e social de seus educandos.

A falta de criticidade em relação ao neoliberalismo faz com que a sociedade se torne cada vez mais individualista, imediatista; o consumo seja a palavra de ordem e a sociedade dependa cada dia mais da tecnologia. O mundo já testemunhou os problemas que isso pode gerar, os maiores exemplos foram o uso da bomba atômica, o holocausto e as guerras geradas pelas disputas imperialistas, pela xenofobia e pelas diferenças religiosas. O capitalismo gera a barbárie na sociedade.

Para Theodor Adorno a barbárie continuará existindo enquanto persistirem as condições que a geraram, segundo o filósofo a civilização origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório (ADORNO, 2012, p. 119). Logo, enquanto a

estrutura da civilização estiver embasada no desenvolvimento cego pelo progresso, pela técnica, Auschwitz ², pode acontecer de novo.

Para o filósofo o simples fato de ter ocorrido esse episódio macabro, mostra uma tendência social imperativa (ADORNO, 2012, p. 120), ou seja, Auschwitz não aconteceu por conta de uma exceção, porque um grupo de desequilibrados organizaram um genocídio, nem porque os alemães tenham tendência a ele, mas por que mecanismos sociais, econômicos e culturais propiciaram esse acontecimento, não é só uma questão psicológica e individual, pois como explicar uma civilização tolerando e inclusive colaborando com Auschwitz. Logo, mesmo dentro de uma civilização, dadas certas condições os indivíduos tendem a barbárie, a anticivilização.

Inspirado na tese de Freud sobre o mal-estar da cultura, Adorno diz que:

É possível falar da claustrofobia das pessoas no mundo administrado, um sentimento de encontrar-se enclausurado numa situação cada vez mais socializada, como uma rede densamente interconectada. Quanto mais densa é a rede, mais se procura escapar, ao mesmo tempo em que precisamente sua densidade impede a saída. Isto aumenta a raiva contra a civilização. Esta torna-se alvo de uma rebelião violenta e irracional (ADORNO, 2012, p. 122).

Na civilização há o cerne da barbárie. A sociedade moderna, como todas as suas inovações técnicas gerou uma coisificação do homem, uma falta de compromisso das pessoas para com o outro (ADORNO, 2012, p. 124; 130). Cada vez mais que o capitalismo se fortalece, as tecnologias se desenvolvem e o individualismo se acentua, o homem perde sua humanidade, seu compromisso com o próximo, e é por isso que Auschwitz foi possível.

Para Adorno, é preciso observar com cuidado a relação do homem com a técnica. Em uma sociedade em que a técnica ocupa uma posição tão importante, tão exagerada e que os homens a consideram como sendo algo em si mesma, fetichizados e não um auxílio ao trabalho humano, gera pessoas incapazes de se preocupar com o outro, perde-se o sentimento de humanidade outro (ADORNO, 2012, p. 132, 133).

² Auschwitz foi uma rede de campos de concentração e extermínio nazista localizados no sul da Polônia e que se tornou o símbolo do Holocausto, esse foi uma experiência sem precedentes na história da humanidade, um horror que abalou o mundo. Até então ainda existia a crença de que o “esclarecimento”, a “razão” podia ser o caminho para o desenvolvimento do mundo, no entanto, com o Holocausto a razão foi utilizada para produzir uma verdadeira indústria de extermínio, onde cerca de 3 milhões de pessoas (sendo pelo menos 1,1 milhões de judeus) foram mortas por serem política, étnica, religiosa e sexualmente diferentes. Vários intelectuais buscaram compreender como a humanidade foi capaz de produzir o holocausto. Dentre eles está Theodor Wiesengrund Adorno (1901-1969), filósofo, sociólogo e musicólogo alemão. Para Adorno Auschwitz foi a barbárie e ele escreve o texto “educação após Auschwitz” para que esse episódio nunca mais se repita.

O filósofo vê na educação um caminho possível para lutar contra a barbárie de nossa civilização, mas nos adverte que a educação não necessariamente é um fator de emancipação, uma educação conteudista e que não leva em consideração os fatores social, econômico e político de sua realidade é uma forma de educação que reproduz a barbárie (MAAR apud ADORNO 2012, p. 11).

Adorno nos alerta que não é porque o sistema educacional tem por objetivo a adaptação das pessoas na sociedade, preparando-as a se orientar no mundo, como por exemplo ensinar para o trabalho que a educação é problemática, a questão se complica quando esse é o único objetivo, produzindo nada além de pessoas bem ajustadas na sociedade (ADORNO, 2012, p. 143).

Dessa forma, não há sentido para a educação na sociedade burguesa se não for amparada a crítica e na resistência à sociedade vigente (MAAR apud ADORNO 2012, p. 27), ou seja, para Adorno é necessário uma educação política e questionadora que dê subsídio para que as pessoas compreendam que o sistema que baseia nossa sociedade traz diversas mazelas para ela.

Para o filósofo, só podemos viver em uma democracia plena quando nos damos conta de seus defeitos e de suas qualidades, logo, “a exigência de emancipação parece ser evidente em uma democracia” (ADORNO, 2012, p. 144; 169), uma vez que ela só se desenvolve efetivamente com pessoas emancipadas.

Uma forma disso acontecer, para Adorno, é investindo na educação infantil, principalmente na primeira infância, para o filósofo é preciso criar um clima intelectual, cultural e social que não permita que os motivos que conduziram ao horror, tornem-se conscientes (ADORNO, 2012, p. 123). Adorno foca nas crianças por elas serem mais abertas a uma educação emancipadora, uma vez que ainda estão em fase de crescimento e aprendendo a se portar no mundo. Ensinar a autonomia é o único caminho, segundo o filósofo (ADORNO, 2012, p. 125).

É preciso acabar com a educação que reproduza o que ele chamou de “o poder cego de todos os coletivos”, atos populares que incitem a violência física, “costumes” que levem a reprodução de sistemas educacionais baseados na força e na disciplina (ADORNO, 2012, p. 127, 128). Uma educação emancipadora, a qual propõe Adorno, não pode se basear nos princípios neoliberalistas de mercado e de individualismo.

Adorno defende também uma educação política (ADORNO, 2012, p. 137), que é uma educação que visa o esclarecimento, a emancipação, a visão crítica da sociedade. Para o filósofo a educação tem o papel de mostrar os mecanismos sociais, culturais,

econômicos que geram os fatos sociais. Essa educação desbanaliza as coisas, permite ver os mecanismos que produzem determinados quadros sociais.

A proposta educacional e a preocupação com a sociedade que Adorno desenvolve em suas reflexões nunca estiveram tão atuais. As condições, apontadas pelo autor, que geraram o holocausto estão ressurgindo com bastante força agora no século XXI: o capitalismo está em seu auge, nunca o homem foi tão dependente da tecnologia, o poder político, econômico e ideológico da extrema direita cresce vertiginosamente. São tempos sombrios esse que estamos vivendo e é preciso refletir sobre ele, pois: “A tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência da humanidade” (ADORNO, 2012, p. 156),

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho podemos perceber que o neoliberalismo é uma doutrina econômica que surgiu na década de 40 do século passado e que ganhou força nas crises econômicas da década de 80 do mesmo século e expandiu suas influências para todos os setores da sociedade. As ideias neoliberais defendem um Estado mínimo e busca transformar tudo em mercadoria, inclusive o conhecimento.

Os principais governos neoliberais do mundo foram os de Margaret Thatcher na Inglaterra e o de Ronald Reagan nos Estados Unidos esses governos conseguiram expandir/impor as ideias neoliberalistas pelo mundo. No Brasil desde o Governo Collor o neoliberalismo toma corpo, mas foi no de Fernando Henrique Cardoso que ele chega a seu auge e não conseguimos mais nos desvencilhar de seus imperativos.

O sistema neoliberal se expandiu para todos os setores da sociedade, inclusive a educação, isso é tão latente que nossa educação é totalmente pautada, desde a década de 1990, nos moldes neoliberalistas, podemos ver isso no fato de a educação é vista como geradora de trabalho, consumo e cidadania - que é entendida como o mecanismo de inclusão de pessoas no mercado consumidor, a subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas e o fato de a Educação ter se tornado o principal meio de intervenção e pressão dos países ricos sobre países devedores através das medidas impostas pelo Banco Mundial.

Na educação neoliberal a formação crítica é substituída por uma formação tecnicista, que visa à especialização e o estreitamento curricular, disciplinas como História, Sociologia e Filosofia, são vistas como inúteis ou, quando não, veículos de propaganda ideológica, estamos vendo isso claramente com a discussão sobre o projeto de Lei “Escola sem Partido” que defende a ideia de que os professores devem ser neutros e não “doutrinar” os alunos, o que é uma clara tentativa de acabar com o desenvolvimento do pensamento crítico através da censura.

As leis educacionais brasileiras são moldadas pelos princípios neoliberalistas. Uma das mais recentes propostas desse modelo foi o documento “Pátria Educadora”, que como foi colocado é uma tentativa de desmantelamento da educação pública e da carreira docente, além de trazer trechos que são excludentes, preconceituosos e que visam difundir as ideias de competição, individualismo, mérito e eficiência, fazendo com que a educação no país adquira ainda mais um viés acrítico.

Dessa forma vemos a proposta de Adorno como uma saída para a educação neoliberal, quando o filósofo defende a autonomia do pensamento e a educação emancipadora, ele está propondo uma educação totalmente contrária ao neoliberalismo. Essa educação dá subsídios aos educandos de questionar seu lugar e as certezas postas, possibilitando uma liberdade de pensamento que leva a emancipação dos sujeitos.

Acreditamos que só essa forma de educação é que pode possibilitar que as desigualdades sociais, econômicas e os problemas políticos de nosso país e do mundo seja solucionado. Isso só vai acontecer quando desenvolvermos uma educação que critique e se oponha ao sistema capitalista, que é o grande causador dessas mazelas sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO. Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

ANPAE. **Análise Preliminar do Documento: Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional**. ANPAE. 2015, p. 1-9. Disponível em < <http://www.anpae.org.br/website/documentos/AnalisePartriaEducadora.pdf>>

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p 9-23.

ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação e Sociedade**. Ano XXII, n. 74, abril de 2001. p. 251- 283. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a14v2274.pdf>>

ARRUDA, Maria Fernanda. A Pátria Educadora está formando analfabetos: 75% dos brasileiros não sabem ler adequadamente. IN: **Viomundo**. 27 de outubro de 2015. Disponível em:< www.viomundo.com.br>

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: Consulta Popular, 1994.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Pátria Educadora: a Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional**. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília, 2015. Disponível em < <https://www.fe.unicamp.br/patriaeducadora/documento-sae.pdf>>

CAMBI, Franco. Características da Educação Moderna. In: **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. pp. 195-242.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 16. n. 46.

jan/abr 2011. p. 235-254. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>>

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Laurell, Asa Cristina(org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

MÉZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. In: **Lutas Sociais**. n. 1. 1996. Disponível em: <
<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18809>>

OTRANTO, Celia Regina. O neoliberalismo como proposta hegemônica. In: **CPDA**, n. 10, Setembro/1999, p. 11-18. Disponível em: < <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho1.htm>>

WELLE, Desustsche. Brasil é 60º de 76 no ranking de educação. In: **Carta Capital**. 13 de Maio de 2015. Disponível em: < www.cartacapital.com.br>